



11.

158

**ATA**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores - Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1. Vereador André Coelho Lima** – Sobre a apresentação do projeto para execução do desnivelamento inferior na rotunda de Silvaes, perguntou se foram estudadas outras alternativas e porque razão foi tomada esta opção.

**2. Vereador António Monteiro de Castro** – Leu, em voz alta, um documento sobre o prolongamento da execução da ecovia, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “No passado dia 22 de setembro, contando com a presença de muitos vimaranenses e com a do senhor Secretário de Estado professor José Mendes, inaugurou vossa excelência a ecovia de Guimarães. Na alocução que no momento proferiu, teve ocasião de referir que esta seria a primeira fase de um projeto bem mais ambicioso, na senda, de resto, da importância cada vez mais reconhecida ao uso da bicicleta na mobilidade das pessoas, sobretudo pelos benefícios de natureza ambiental daí decorrentes, contando para isso com apoios significativos, os quais, só a nível nacional se cifram na ordem dos

300 milhões de euros. É certo senhor presidente, que o traçado da atual ecovia deixa já transparecer uma especial atenção para com o lazer dos vimaranenses ao ligar o parque da cidade, à cidade Desportiva. Mas a minha surpresa senhor presidente, surgiu quando vossa excelência, ao referir-se ao prolongamento da ecovia, dando-nos a saber que era intenção chegar às várias freguesias do concelho, referiu, expressamente, que a ideia passaria por acompanhar as linhas de água, falando até na ligação do parque de Ardão em Silvares a são João de Ponte, Taipas, Barco, Briteiros e Donim. Surpresa senhor presidente, porque como sabe, a função primeira das ciclovias/ecovias deveria ser contemplar o transporte do quotidiano das pessoas, já que, esse sim, é que verdadeiramente justifica o elevado esforço de investimento que nele põem o orçamento municipal, o orçamento do Estado e o da União Europeia. De resto, como se lembrará, foram bem claras as palavras do sr. Secretário de Estado ao realçar que a meta europeia da penetração da bicicleta na mobilidade urbana deverá atingir os 7%, valor que, como se compreende, só será possível com o uso da bicicleta adotado no transporte quotidiano das pessoas. Reconhecendo a importância e a necessidade das ciclovias na ligação da cidade aos seus principais pólos urbanos como Pavidém, Moreira/Lordelo, e S. Torcato, entendemos, tal como tivemos já ocasião de várias vezes defender, que o prioritário deveria ser, claramente, o de ligação da cidade à vila das Taipas por ser esse o que mais impacto tem na vida de todos os vimaranenses, sobretudo os 40.000 que residem na zona norte e por onde diariamente circulam 20.000 automóveis.” -----

**3. Vereador Bruno Fernandes** – Referiu o atentado ambiental ocorrido na semana passada na ribeira da Agrela, afluente do rio Ave, na freguesia de Barco. Tendo em conta a gravidade do ocorrido, perguntou se o Presidente



11.

JSC

da Câmara dispunha de informação adicional sobre o assunto que ajudasse a esclarecer o assunto. -----

**4. Presidente da Câmara - Sobre as intervenções feitas, esclareceu: a) –**

Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que nos estudos para a execução do desnivelamento da rotunda de Silvares foram tidas em consideração todas as possibilidades, tendo sido entendido que o desnivelamento inferior seria a melhor solução. Acrescentou ter solicitado sempre à Infraestruturas de Portugal, SA, a melhor solução do ponto de vista urbanístico, ambiental e rodoviário, que poderia não corresponder à solução mais económica; **b) –** Quanto à intervenção do Vereador António Monteiro de Castro disse que o prolongamento da ecovia não tinha que constituir uma surpresa uma vez que, já no anterior mandato e em sede de campanha eleitoral, referiu várias vezes a continuação da ecovia ao longo das margens das linhas de água, nomeadamente dos rios Ave, Selho e Vizela. Defendeu os percursos segregados e autónomos para a ecovia sem, contudo, prescindir da partilha de percursos, constituindo esta última a segunda fase da empreitada da execução da ecovia, com a pintura de parte dos arruamentos da cidade. Assim, referiu que o eixo principal da ecovia será feito ao longo do rio Ave, aproveitando para informar que a via do AVEPARK já tem no seu traçado um percurso autonomizado de ecovia. Referiu, também, que, ao desviar o trânsito da EN 101 para a futura via do AVEPARK será possível requalificar aquela estrada nacional com execução de passeios para percurso pedonal e pista ciclável. De seguida, deu a conhecer um projeto comum com o Município de Braga que passa pela execução de uma ecovia de ligação dos dois municípios e que atravessará os Sacro Montes (Sameiro, Igreja de Santa Maria Madalena, Citânia de Briteiros e Castro Sabroso), fazendo igualmente a ligação ao AVEPARK. Deu também nota de ter sido contactado pelo Presidente da Câmara Municipal

de Famalicão para o desenvolvimento de um projeto de criação de pista ciclável na EN 206, com obras de requalificação, em colaboração com a Infraestruturas de Portugal, SA. Por último, disse que para a EN 105, que liga Guimarães a Moreira de Cónegos e Lordelo, está a ser pensado um projeto de requalificação com execução de ecovia e com a sua extensão às estações de caminhos-de-ferro para que as populações das freguesias envolventes se possam deslocar de bicicleta até à estação de caminhos-de-ferro e de comboio para a cidade; c) – Sobre a intervenção do Vereador Bruno Fernandes, disse que a Câmara Municipal tem feito tudo o que é possível para a despoluição das linhas de água. Relativamente ao atentado ambiental ocorrido na ribeira da Agrela, disse que uma proposta de apoio aos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas, agendada para a reunião de Câmara de hoje, relata ao pormenor o processo desencadeado junto do SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, da APA - Agência Portuguesa de Ambiente, do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente desta Câmara Municipal e da VIMÁGUA, EIM, SA, que emitiu um comunicado sobre o assunto. Disse, ainda, que foram encetados esforços conjuntos para avaliar o que se terá passado, diferenciando a gravidade de uma eventual descarga voluntária poluente por parte de uma empresa, de uma possível obstrução nas caixas de visita das redes de drenagem de águas residuais, causada de forma accidental. Defendeu que tanto a VIMÁGUA como a Águas do Norte são entidades protetoras do meio ambiente, designadamente das linhas de água, das águas subterrâneas e dos solos. Disse, também, considerar importante a delegação de competências do Governo nos municípios ao nível da fiscalização e da contraordenação em matéria de crimes ambientais, por forma a que a atuação possa ser mais célere e abrangente. Por último, disse que o relatório da Agência



1.

15/10/18

Portuguesa do Ambiente sobre a ribeira da Agrela será dado a conhecer ao Executivo numa próxima reunião de Câmara. -----

-----INFORMAÇÃO-----

1. O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de Câmara será descentralizada e realizar-se-á na Freguesia de Sande S. Martinho, considerando-se devidamente convocados todos os membros do Executivo presentes. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----INFORMAÇÕES-----

1. Dos ofícios da Assembleia Municipal n.ºs 209 a 257, datados de 26 de setembro de 2018, que comunicam a aprovação das seguintes propostas em sua sessão realizada no passado dia 25 de setembro: a) – “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo aos prédios situados no Centro Histórico de Guimarães – Área Classificada como Património Cultural da Humanidade”; b) – “Alteração da ARU (Área Reabilitação Urbana) Cidade - Nova ARU (Área de Reabilitação Urbana) do Centro Histórico”; c) – “Grafifreitas, Lda. - Certidão de interesse público no âmbito do RERAÉ”; d) – “Quinta das Carpas - Certidão de interesse público no âmbito do RERAÉ”; e) – “Joaquim Ribeiro - Certidão de interesse público no âmbito do RERAÉ”; f) – “Pedido de Renegociação do Contrato de Conceção de Benefícios Tributários Municipais - FORTUNATO O. FREDERICO”; g) – “Pedido de Renegociação do Contrato de Conceção de Benefícios Tributários Municipais - BOLAMA SUPERMERCADOS, LDA.”; h) - CSM - Lavandaria Industrial Lda. - Pedido de renegociação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais celebrado em 6 de julho de 2016 e posterior adenda datada de 11 de dezembro de 2017; i) – “Concurso público n.º 9-18. Repartição de encargos e abertura de concurso público para aquisição de serviços de segurança e de vigilância nas instalações e

equipamentos do Município de Guimarães”; **j)** – “Concurso Público 15/17 – Fornecimento de refeições em refeitórios escolares – Triénio 2018-2020 – Cumprimento da sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Deliberação de nova adjudicação – Repartição de encargos; **k)** – “Ciência Viva – Constituição de Associação”; **l)** – “Proposta de adesão à Associação Internacional de Redes Educadoras”; **m)** – “AMAVE - Adaptação dos Estatutos à legislação vigente - proposta de projeto de adaptação.”; **n)** – “Contrato Programa com a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, para o ano 2019”; **o)** – “Requalificação de Edifício Jordão e Garagem Avenida para Escola de Música e Artes Performativas e Visuais – Repartição de encargos”; **p)** – “Desafetação do domínio público de parcela de terreno, sita na rua Diamantina Rosa, freguesia de Selho S. Jorge”; **q)** – “Desafetação do domínio público de parcela de terreno, sita na travessa do Campo, Selho S. Jorge”; **r)** – “Desafetação do domínio público de parcela de terreno com a área de 783,00m<sup>2</sup> situada no Avepark”; **s)** – “Desafetação do domínio público de duas parcelas de terreno, com as áreas de 100m<sup>2</sup> e de 760m<sup>2</sup>, situadas no Parque Industrial de Ponte - 2ª Fase”; **t)** – “Desafetação do domínio público de parcela de terreno com a área de 32,00m<sup>2</sup>, sita na viela Trás do Ferreiro, freguesia de Caldelas”; **u)** – “Candidatura ao Programa da ABAE Eco-Freguesias XXI.”; **v)** – “Junta de Freguesia de Barco – Pedido de cedência de autocarro”; **x)** – “União das Freguesias de Conde e Gandarela – Pedido de cedência de autocarro”; **Y)** – “Freguesia de Aldão – Oferta de Bandeira”; **z)** – “Freguesia da Costa - Contrato de Atribuição de Subsídio - Ano de 2018 - Primeira Revisão”; **aa)** – “Freguesia de Nespereira – Atribuição de Subsídio – aquisição de terreno”; **bb)** – “Freguesia de Nespereira – Apoio para obras na Rua Nova de Martim, Barreiro, Covelo, Travessa da Beira, Rua da Arrochela e Visconde do Paço - Atribuição de





L.

msre

Subsídio”; **cc**) – “Freguesia de Aldão - Contrato de Atribuição de Subsídio - Ano de 2018 - Primeira Revisão”; **dd**) – “União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo - Contrato Atribuição Subsídio - Ano 2017 - Primeira Revisão”; **ee**) – “Subsídios no âmbito do RMECARH – 2º semestre de 2018 – Freguesia de Caldelas”; **ff**) – “Contrato interadministrativo de delegação de competências nas freguesias - Atribuição de verbas para assegurar o apoio operacional nos estabelecimentos de educação e ensino básico”; **gg**) – Contrato interadministrativo de delegação de competências nas Freguesias - Atribuição de verbas para assegurar o apoio operacional nos estabelecimentos de educação e ensino básico no Agrupamento de Escolas Santos Simões.”; **hh**) – “Delegação de Competências nas Freguesias de Lordelo e Selho S. Cristóvão para Gestão de Instalações Desportivas”; **ii**) - Delegação de Competências na Freguesia de Selho S. Cristóvão para Requalificação do Balneário das Instalações Desportivas do Parque de Lazer.”; **jj**) – “Freguesia de Selho S. Cristóvão - Obras de pavimentação, construção de passeios e rede de drenagem de águas pluviais na Urbanização do Barridinho - Delegação de Competências”; **kk**) – “Freguesia de Polvoreira – Delegação de Competências e Atribuição de Subsídio - Construção de Muros em Arruamentos Municipais e da Freguesia e Melhoria da Eficiência Energética do Edifício Sede da Junta de Freguesia”; **ll**) - Freguesia de Ronfe - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Ano 2017 - Primeira Revisão”; **mm**) – “Freguesia de Gondar – Delegação de Competências - Obras de Conclusão de Pavimentação da Rua de Urbanização do Calvário”; **nn**) – “União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães – Obras de requalificação do ringue desportivo da EB 1 da Bela Vista - Delegação de Competências”; **oo**) – “Freguesia de Brito – Obras de requalificação da zona marginal ao regato, junto cascata de S. João - Delegação de Competências”; **pp**) – “Freguesia de Polvoreira – Obras na

Rua Ribeiros do Pinto e Rua Ribeira da Ponte - Delegação de Competências.”; **qq)** – “Freguesia de Fermentões – Instalação Gás na EB 2,3 Fernando Távora - Delegação de Competências”; **rr)** – “Freguesia de Cadoso Santiago e Mascotelos – Alargamento da rua de S. Tiago, com construção de passeio e reconstrução de muro - Delegação de Competências”; **ss)** – “União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim – Obras de drenagem de águas pluviais na Rua da Ponte, em Donim - Delegação de Competências”; **tt)** – “Freguesia de Sande S. Martinho – Pavimentação da Rua do Bacelo - Delegação de Competências”; **uu)** – “Alteração de trânsito na rua dos Agordigos e da Aldeia Nova – União das Freguesias de Conde e Gandarela”; **vv)** – “Alteração de trânsito na rua da Escola – Freguesia de Barco”; **xx)** – “Alteração de trânsito na Travessa da Cachadinha – Freguesia de Sande S. Martinho”; **yy)** – “Alteração de trânsito na Travessa Bouçó – Rua Bacelo – Freguesia de Moreira de Cónegos”. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2018.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador Fernando Seara de Sá não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Infantas solicitou a colaboração do Município, através da cedência de autocarro, para o transporte de idosos, no dia 7 de outubro, a Mesão Frio. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do de um almoço/convívio em Mesão Frio e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 21





L.

fse

de setembro de 2018, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**URBANISMO - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO NO ÂMBITO DO RERAÉ - LAURA GONÇALVES RIBEIRO, UNIPESSOAL LDA – FREGUESIA DE PONTE –**

Presente a seguinte informação: “Solicita-se a análise do enquadramento da pretensão no Plano Diretor Municipal e enquadramento urbanístico e paisagístico sobre o presente pedido de certidão de interesse municipal, para futura regularização no âmbito do DI 165/2014 de 5 de novembro alterado pela Lei n.º 21/2016 de 19 de julho, das instalações da empresa Laura Gonçalves Ribeiro, Unipessoal Lda, sita na Travessa S. João Batista, freguesia de Ponte, concelho de Guimarães. Tendo em conta os pareceres técnicos emitidos pela DU - Planeamento (26.7.2018 – favorável condicionada) e pela DDE (19.9.2017) considera-se estarem reunidas as condições à emissão da certidão solicitada tendo em conta o ponto de vista urbanístico e económico. Igualmente, consultada a junta de freguesia local, refere em email datado de 27.8.2018 nada ter a opor ao pedido efetuado pela requerente. Mais se informa, que em reunião de trabalho, com o técnico subscritor do projeto, simultaneamente na qualidade de representante da requerente, foi demonstrada total disponibilidade para o cumprimento das condições que possam vir a ser solicitadas, aquando do licenciamento, para o correto enquadramento urbanístico e paisagístico da construção, nomeadamente no que concerne ao seu afastamento em relação à via pública e tratamento de fachadas. Refere-se ainda, que se desconhece se a pretensão poderá vir a ser passível de

licenciamento/regularização, uma vez que deverão ser atendidas questões de enquadramento urbanístico/paisagístico e demais matérias regulamentares a que o projeto estará sujeito. A proposta ficará igualmente condicionada aos pareceres das entidades envolvidas. À consideração superior.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO Nº 7/18 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA ACIDENTES DE TRABALHO, MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS, RESPONSABILIDADE CIVIL DA AUTARQUIA, FROTA AUTOMÓVEL E ACIDENTES PESSOAIS – RETIFICAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente a seguinte informação: “Por deliberação da Assembleia Municipal de 18/06/2017 foi aprovada a repartição de encargos para o triénio 2019/2021. Todavia, devido a atrasos ocorridos no procedimento concursal a data de início foi prorrogada em relação ao período que estava previamente estabelecido, tendo sido promovido um procedimento na modalidade de Concurso Público Urgente para o período de 01/10/2018 a 31/12/2018. Assim, deve ser submetida à Assembleia Municipal a atualização da autorização da despesa relativa ao período de 01/10/2021 a 31/12/2021, da seguinte forma: -----

Classificação Económica	Repartição de encargos			
	Ano 2018 (01/01/2019 a 31/03/2019)	Ano 2019 (01/04/2019 a 31/03/2020)	Ano 2020 (01/04/2020 a 31/03/2021)	Ano 2021 (01/04/2020 a 31/12/2021)
01.03.09.01	69.027,28 €	276.109,08 €	276.109,08 €	207.082,08 €
02.02.12	50.894,64 €	203.578,62 €	203.578,62 €	152.683,97 €
02.02.25	3.799,47 €	15.197,85 €	15.197,85 €	11.398,12 €
Os valores acima indicados estão isentos de IVA				

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



L1.

rsme

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONCURSO PÚBLICO Nº 7/18 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA ACIDENTES DE TRABALHO, MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS, RESPONSABILIDADE CIVIL DA AUTARQUIA, FROTA AUTOMÓVEL E ACIDENTES PESSOAIS – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DOS CONTRATOS** – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público em epígrafe, em anexo, propondo que a aquisição seja adjudicada da seguinte forma: -----

**Adjudicatário: Seguradoras Unidas, SA**

LOTE	PREÇO CONTRATUAL
1	828.327,24€
2	227.274,94€
3	225.000,00€
Total	1.280.602,18€

**Adjudicatário: Fidelidade – Companhia de Seguros, SA**

LOTE	PREÇO CONTRATUAL
4	132.972,36€
5	71.082,12€
Total	204.054,48€

Mais foi proposto aprovar a correspondente minuta dos contratos. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES – CONTRATO DE DOAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E MARIA ALICE XAVIER CARVALHO** – Presente a seguinte proposta: “De acordo com o nº 1, do artigo 8.º Recolha de documentação de âmbito concelhio” do regulamento de organização e funcionamento dos Arquivos da Câmara Municipal de Guimarães, podem dar entrada no arquivo municipal, a título definitivo, documentos de outros organismos, pessoas ou serviços, respeitantes à documentação produzida no concelho de Guimarães. Assim sendo, dado o interesse histórico e patrimonial do

arquivo pessoal de João Xavier de Carvalho que será doado pela sua filha Maria Alice Xavier de Carvalho, propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos da alínea j), do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aceitar esta doação.” A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE (CIM DO AVE) – COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães, como membro da Comunidade Intermunicipal do AVE (CIM do Ave), participa nos projetos elencados no quadro abaixo, em regime de parceria. Nos termos das calendarizações e do mapa de comparticipações municipais do orçamento corrente (2018), impõe-se que o município assuma as respetivas transferências para a CIM do AVE. Assim, constitui-se como necessário a atribuição de nº de compromisso para a transferência de verbas relativamente às seguintes candidaturas: -----

Candidaturas		Contrapartida Municipal	
		Corrente	Capital
Sistema Integrado de Ações Coletivas	Internacional.AVE	3.106,89 €	0,00 €
	INAVE 2020 - Qualifica	9.067,28 €	0,00 €
	INAVE 2020 - Promoção Empreendedorismo	9.182,71 €	0,00 €
In.Ave		15.433,36 €	0,00 €
PIICE		102.499,57 €	0,00 €
Aplicação Interativa de Promoção da Eficiência Energética Através da Gamificação CANDIDATURA ERSE – PPEC		37.873,83 €	0,00 €
Infraestruturas de Dados Espaciais para o Planeamento Municipal de Emergência		3.506,93 €	951,83 €
Plano Intermunicipal de Adaptações às Alterações Climáticas		3.530,80 €	0,00 €
Rota do Românico		11.408,53 €	10.471,60 €
Caminho de Santiago - Torres		6.457,81 €	21.204,59 €
Capacitação Institucional das TIC no Ave		0,00 €	8.667,87 €
VEV - PPEC		930,69 €	16.460,60 €



L1.

MSR

Plataforma Ensino Assistido	65.153,47 €	0,00 €
Redes de transportes	17.596,13 €	0,00 €
Jornal de Notícias	11.070,00 €	0,00 €
Porto Canal	18.361,18 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>315.179,18 €</b>	<b>57.756,49 €</b>

**1. IN.AVE2020 - NORTE-51-2015-18** - O Projeto IN.AVE2020 procura abordar o empreendedorismo qualificado numa ótica concertada com as áreas de especialização territorial presentes na Região do Ave, pois quando estes são promovidos de forma integrada o resultado é a consonância entre os agentes de mudança – empreendedores - e os fatores críticos de competitividade – especialização inteligente - que se complementam, podendo agir para acelerar a geração, a disseminação e a aplicação de novas tecnologias e ideias inovadoras de negócio no território. Neste enquadramento, o Projeto procura atuar fundamentalmente em dois Domínios de Especialização considerados nucleares na RIS3 - Estratégia Regional de Especialização Inteligente, nomeadamente, “Cultura, Criação e Moda” e “Sistemas Agroambientais e Alimentação”, a que se associa como área transversal às iniciativas empreendedoras a apoiar; o Domínio de Especialização emergente "Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo". O Projeto IN.AVE2020 que procura desenvolver um ambiente favorável para a Promoção de Empreendedorismo Qualificado de Especialização Territorial de forma sustentada é baseada em 4 pilares de atuação: - Fomento das capacidades individuais, ao nível da gestão e liderança, mas também da capacidade técnica, criatividade e inovação. - Alargamento a novas entidades da Rede de Empreendedorismo do Ave - IN.AVE constituída em 2012, através do envolvimento de 4 tipo de atores: 1) organismos financiadores; 2) entidades de apoio à inovação e ao empreendedorismo; 3) empreendedores e 4) empresas; com vista ao suporte das iniciativas empreendedoras surgidas no âmbito do Projeto. -

Orientação e *mentoring* na fase de constituição das iniciativas empresariais e também na fase de implementação/desenvolvimento dos novos negócios baseados na especialização territorial. - Envolvimento do tecido empresarial e de empresários com capital de experiência e capacidade de financiamento, no apoio aos novos negócios empreendedores. **2. INternacional Ave - NORTE-52-2015-19 - O Projeto INternacional.AVE** procura efetuar o levantamento e estudar o potencial de internacionalização dos produtos e serviços de base local existente e emergentes na Região do Ave, racionalizando e maximizando os recursos dos municípios afetos na promoção deste setor económico. Tendo em conta que a competitividade das empresas está diretamente relacionada com a competitividade do território, serão considerados os fatores de influência do território sobre a competitividade do tecido empresarial da Região do Ave. É pois, neste contexto, que emerge o Projeto INternacional.AVE, o qual procura desenvolver um ambiente favorável para a promoção de novos modelos de abordagem aos circuitos comerciais internacionais, ajustados às potencialidades dos nichos encontrados, baseado em cinco pilares de atuação: - Levantamento e estudo dos recursos endógenos do território com recurso ao envolvimento de parceiros institucionais que ao longo dos anos tenham promovido os mesmos; - Apresentação e hierarquização dos nichos de mercados encontrados de acordo com a sua maturação e potencial exportador; - Definição e fomento de uma estratégia global territorial e de estratégias operativas de abordagem aos mercados, tendo por base os nichos anteriormente identificados; - Definição de processos de suporte e encaminhamento às PME de base local, nomeadamente através de uma rede de apoio à internacionalização na Região do Ave que envolva os parceiros da Rede de Empreendedorismo do Ave - IN.AVE, nomeadamente os parceiros com *know-how* em processos de





L. I.

HSE

internacionalização e com conhecimento de mercados externos; - Disseminação de informação e promoção de candidaturas de PME nos nichos identificados, através da futura Rede Exportadora INTERNACIONAL.AVE e articulada com as Lojas de Exportação (IAPMEI/AICEP), com as Câmaras de Comércio e demais ações no domínio da internacionalização promovidos para a generalidade dos setores económicos. **3. Projeto IN.AVE 2020 - Qualifica PME - NORTE-53-2015-20** - O Projeto IN.AVE 2020 - Qualifica PME tem como principais objetivos: - Reforçar o aparecimento na Região do Ave, de instrumentos e mecanismos que reforcem a capacitação empresarial das PME's para o desenvolvimento de bens e serviços e/ou processos, atuando e apoiando estratégias de inovação no tecido empresarial; - Contribuir para o aumento do nível de produtividade das PME's da Região do Ave, de forma a garantir o posicionamento competitivo deste território; - Criar e dinamizar uma rede de apoio às PME's na Região do Ave (Rede IN.Ave Qualifica PME), que disponibilize instrumentos e serviços especializados de apoio ao tecido empresarial da Região, fomentando a modernização e introdução de fatores de inovação, quer ao nível do produto quer ao nível do processo; - Desenvolver ações integradas em torno do eixo "conhecimento – capacitação – cooperação - coopetição", que reforcem as estratégias de inovação das PME's da Região do Ave, em torno de fatores críticos de competitividade. **4. Infraestrutura de dados Espaciais para o Planeamento Municipal de Emergência – PDCT** - No âmbito da candidatura ao aviso POSEUR-10-2016-76 o objetivo da operação consiste em: - Capacitar a CIM do Ave com uma infraestrutura de dados espaciais que lhe permita aceder e gerir, em tempo útil, a informação necessária para fazer face a riscos específicos e assegurar a capacidade de resistência às catástrofes; - Garantir que os Municípios, independentemente da sua dimensão, têm acesso à melhor informação sobre o seu território e, nos formatos compatíveis com

as ferramentas SIG em uso pelos seus técnicos; - Evitar o investimento, por parte de cada Município, em infraestruturas de dados espaciais de âmbito municipal e na sua posterior manutenção e atualização; - Promover a modernização das autarquias com uma infraestrutura de dados espaciais; de âmbito regional, que apoie a atividade da proteção civil; - Criar visualizadores de informação geográfica transversais a todas as autarquias; - Criar e consolidar uma equipa de trabalho intermunicipal no âmbito dos SIG; - Operacionalizar e tornar acessíveis os diferentes planos relacionados com a temática da proteção civil (e.g. PDEPC; PMEPC; PMDFCI; PSI de escolas, indústrias, barragens; PEEPC), em vigor no território da CIM do Ave; - Tornar acessíveis aos agentes envolvidos na proteção civil a informação necessária à prossecução das suas atividades (e.g. cartografia de risco; cartografia com o registo das ocorrências; cartografia com a localização dos Elementos Expostos Estratégicos Vitais e/ou Sensíveis).

**5. Plano intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas - POSEUR-08-2016-74 – PDCT** - O projeto consiste num estudo multisectorial, onde se pretende caracterizar, aos níveis intermunicipal e municipal, os impactes e as oportunidades impostas pelas alterações climáticas. Este pretende identificar os potenciais impactes associadas às alterações climáticas e, em função destes, identificar as oportunidades de intervenção para aumento da resiliência do território e mitigação dos riscos.

**6. Valorização Cultural e Turística do Caminho de Santiago - Caminho de Torres - NORTE-14-2016-03** - O Caminho de Torres é o único trajeto que junta, num mesmo caminho, localidades tão importantes como Tarouca, Amarante, Guimarães, Braga e Ponte de Lima. A operação agora candidatada surge como um instrumento fundamental para a valorização cultural e turística do Caminho de Torres, assente na sua inventariação, divulgação, proteção, valorização, conservação, qualificação e promoção cultural e turística.

**7. Rota do**



L.

M. S. O.

**Românico – Ave - NORTE-14-2016-03** - A operação a desenvolver, tem por principais objetivos: - Aumentar a atratividade do território e os fluxos turísticos internos e externos, diversificando a oferta turística através do alargamento ao Vale do Ave de um novo itinerário cultural enquanto produto turístico estruturado e qualificado; - Mobilizar o património cultural como um recurso endógeno potenciador de novas dinâmicas económicas e comunitárias; - De acordo com a missão definida pela estra Rota do Românico, contribuir para o desenvolvimento sustentado do território do Ave, através da valorização do património cultural e arquitetónico de estilo românico, criando um produto turístico e cultural de excelência, reforçando simultaneamente as condições de participação em redes e itinerários culturais já existentes. - Promover o ordenamento do território através da valorização do património, com as intervenções previstas. - Contribuir para o reforço da imagem interna e externa do Vale do Ave. - Reforçar com o alargamento da “Rota do Românico” as condições para o eventual processo/candidatura para inscrição na Lista Indicativa de Bens Portugueses a Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO desta Rota.

**8. PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DO AVE (PIICIE do Ave) - NORTE-66-2016-28-002 – PDCT** - O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Ave agrega 9 projetos intermunicipais e 13 projetos municipais e baseia-se essencialmente em medidas de intervenção precoce nas disciplinas nucleares ao nível do 1º ciclo de ensino; na promoção da literacia e na escrita; na promoção de experiências inovadoras no âmbito dos laboratórios de ciências; na promoção de novas práticas pedagógicas que explorem as disciplinas artísticas e culturais; no reforço de equipas multidisciplinares de combate ao abandono escolar, de apoio externo às escolas; incentivo dos alunos para a aprendizagem com recursos tecnológicos, de forma a desenvolver as

competências digitais; promoção de metodologias inovadoras e criativas de forma a desenvolverem competências essenciais para os seus percursos escolares (práticas de empreendedorismo escolar), entre outras. **9.**

**Variadores eletrónicos de Velocidade – VEV – CANDIDATURA ERSE – PPEC**

- A Redução dos consumos energéticos de energia ativa, afeta aos motores existentes em equipamentos municipais, através da instalação de variadores eletrónicos de velocidade (VEV). A instalação de VEV em motores elétricos, proporciona aos seus utilizadores um largo potencial de redução de consumo de energia, para além dos diversos benefícios técnicos significativos, nomeadamente o controlo de potências sofisticadas, o aumento de vida útil do motor e, as consequentes reduções de custos energéticos e de manutenção. **10. Aplicação Interativa de Promoção da**

**Eficiência Energética Através da Gamificação- CANDIDATURA ERSE – PPEC**

- O desenvolvimento de um *software* lúdico-pedagógico num modelo de jogo de simulação de construção de uma cidade energeticamente eficiente baseado nos cenários dos municípios da região NUT III Ave. As crianças poderão simular a construção de uma cidade num cenário com elementos históricos reais da sua cidade, aprendendo e aplicando conceitos de eficiência e poupança energética, sendo que o sistema de pontuação é baseado nos níveis de eficiência energética atingidos. Pretende-se o envolvimento das escolas e a criação de um concurso a nível local e regional com atribuição de prémios aos melhores pontuados. **11. Plataforma de Ensino Assistido** - Renovação das licenças e aquisição de novos módulos para a plataforma de ensino assistido adquirida para os municípios. Plataforma de gestão dos processos escolares, constituída por módulos destinados à gestão dos processos: nomeadamente, à gestão curricular, gestão da ação social, gestão de transportes escolares, gestão de refeições, gestão de espaços e do parque escolar e gestão das atividades de



1,

Hore

enriquecimento curricular. **12. Rede de Transportes** - O Estudo da Restruturação das Redes de Transporte Público de Passageiros da CIM do Ave compreende duas fases: - 1ª Fase: Caraterização e Diagnóstico do sistema atual de Transporte Público Rodoviário de Passageiros. - 2ª Fase: Elaboração de uma proposta de Restruturação do Transporte Público Rodoviário de Passageiros - Transporte Regular, Transporte Flexível e o Transporte Escolar a nível municipal, intermunicipal e inter-regional. **13. Porto Canal** - Pretende-se a cobertura nos meios de comunicação social audiovisuais dos eventos e ações levadas a cabo pelos municípios, CIM do Ave, empresas e sociedade civil em geral desta sub-região, tendo em vista promover e potenciar as múltiplas atividades que nela se desenvolvem. Pretende-se, assim, divulgar e dar a conhecer a atualidade da região, contribuindo deste modo para dar conhecimento dos eventos e atividades desenvolvidas. **14. Jornal de Notícias** - Pretende-se intensificar a cobertura nos meios de comunicação social escritos e radiofónicos, as ações levadas a cabo pelos municípios, empresas e sociedade civil em geral desta sub-região, tendo em vista promover e potenciar as múltiplas atividades que nela se desenvolvem. Entende-se, assim, divulgar e dar a conhecer a atualidade da região, contribuindo deste modo para dar conhecimento dos eventos e atividades desenvolvidas. **15. In.Ave – Empreendedorismo Escolas** - O Projeto Escolas Empreendedoras IN.AVE, promovido pela CIM do Ave e desenvolvido nos seus 8 municípios: Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela, tem como objetivo formar e sensibilizar as comunidades educativas, professores e alunos para a importância da educação em empreendedorismo. Desta forma, procurou-se dotar os alunos com ferramentas e conhecimentos que os preparem para os desafios do futuro. **16. Capacitação Institucional e TIC – PDCT aprovado** - A

implementação da presente operação " Capacitação Institucional e TIC no Ave", pretende contribuir para os objetivos definidos no PDCT, através da implementação de um Sistema de Desmaterialização de Documentação Comercial e Sistema de Gestão para o SNC-AP, nas entidades, CIM do Ave, Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela, garantido a transversalidade das duas ações na NUT III Ave. Com o Sistema de Desmaterialização de Documentação Comercial pretende-se capacitar as entidades da emissão e receção dos documentos comerciais por via eletrónica para cidadãos e empresas, onde as empresas que tenham já o envio de documentação comercial de forma eletrónica carregar de forma automática nos ERP dos municípios. Permitirá também, disponibilizar aos cidadãos e empresas a possibilidade de através de um formulário *online* anuírem o recebimento de documentos comerciais por via eletrónica e a consulta do histórico pelo período legal. A implementação do Sistema de Gestão para o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) pretende alcançar de forma adequada os requisitos e obrigações contabilísticas que se impõem. Este, por sua vez é também composto pelos subsistemas de contabilidade orçamental, financeira e de gestão. A ação tem como objetivo apoiar os Serviços da Administração Pública dotando as 8 entidades de uma ferramenta adequada aos requisitos e obrigações contabilísticas, suporte à gestão estratégica, eficácia na tomada de decisão, promover a aplicação de TIC como instrumento de mudança para melhorar processos organizacionais e melhorar a eficiência do funcionamento interno das entidades e em simultâneo melhorar os serviços prestados pelos mesmos." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado**



rsre

da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. A Vereadora Adelina Paula Pinto assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

**AMBIENTE – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO –** Presente a seguinte proposta:

“A Vespa Velutina, também conhecida como Vespa Asiática, é uma espécie invasora, predadora de abelhas e outros insetos polinizadores que constitui hoje uma ameaça à biodiversidade e aos ecossistemas, bem como à produção de mel no nosso concelho. Segundo a Direção-Geral de Agricultura e Veterinária esta praga deve ser combatida e eliminada, progressivamente, através dos Serviços Municipais de Proteção Civil e do Gabinete Técnico Florestal, tal como refere o Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa Velutina, datado de 2015. O registo de entrada desta espécie invasora em Portugal é de 2011, tendo atingido o concelho de Guimarães em 2014, registando-se em Guimarães, desde essa data, 2539 ninhos de vespa velutina, tendo até ao momento sido eliminados 2478. Desde o início deste combate, realizado pelo Município de Guimarães, através dos Serviços de Ambiente, foi possível contar com o apoio de diversas entidades, nomeadamente dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, com a cedência da autoescada, equipamento fundamental para atingir e eliminar ninhos localizados em pontos de difícil alcance e, por vezes até dados como inacessíveis, vulgarmente situados em zonas rurais / florestais. Assim, os bombeiros fazem-se acompanhar de uma viatura VLCI, para além da autoescada, com uma equipa de 5 voluntários. No total, desde 2014, os Bombeiros Voluntários de Guimarães acompanharam a eliminação de 110 ninhos de vespa velutina, com os meios mencionados, correspondendo a cerca de 4,5% do total de ninhos, não tendo cobrado qualquer verba ao Município. Considerando os gastos associados aos meios

empenhados, nomeadamente desgaste de material e combustível, calculados na ordem dos €70,00/ninho, propõe-se submeter à aprovação da Câmara Municipal a proposta de atribuição de um subsídio de €7.500,00 aos Bombeiros Voluntários de Guimarães, de forma a fazer face às despesas tidas com o desgaste de material e combustível, ao abrigo do ponto 6, do artigo 2º, do Regulamento de Atribuição de Subsídios de Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias e da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho - Lei de Bases da Proteção Civil - e da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro - Serviço Municipal da Proteção Civil, na sua – na redação atual.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DAS CALDAS DAS TAIPAS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A Escola Nacional de Bombeiros tem vindo a adequar progressivamente a sua atividade às características e necessidades dos bombeiros, inserida numa estratégia de proximidade, permitindo criar uma rede de Infraestruturas - as Unidades Locais de Formação (ULF) - para minimizar as deslocações de formandos e proporcionar-lhes, também, horários compatíveis com as suas atividades profissionais. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas implementou, em 2005, uma ULF em cooperação com a Escola Nacional de Bombeiros (ENB) e a Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, criando uma infraestrutura para a formação de Bombeiros em conformidade com Despacho nº 4205/A 2014, de 20 de março, situada na Rua D. Josefa do Amaral Freitas, da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar. De acordo com o manual de funcionamento das ULF, compete à entidade detentora ceder a instalação, os espaços e os equipamentos necessários ao funcionamento das ações de formação e mantê-los em bom estado de utilização e funcionamento. A Associação



11.

1502

Humanitária dos Bombeiros das Caldas das Taipas vem solicitar um apoio para a execução das obras necessárias naqueles espaços, tendo juntando um esboço das intervenções que pretende realizar e que consistem no seguinte: Vedação do espaço; Colocação de quatro postes de iluminação, incluindo projetores; Execução de um sistema de tubos de cimento enterrados; Execução de uma cobertura em chapa de painel tipo sandwich. Assim, e conforme orçamento elaborado pelos serviços do Departamento de Obras Municipais, o valor das obras estima-se em €30.036,09 + IVA. Considerando o manifesto interesse público que se reveste esta atividade de formação, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas de €36.944,39, correspondente ao valor total da obra (com IVA incluído), nos termos da alínea u), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DAS CALDAS DAS TAIPAS – TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE 4 FATOS DE MERGULHO** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Barco comunicou, no dia 27 de setembro, pela manhã, ao Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, a ocorrência de uma descarga poluente no Ribeiro da Agrela daquela freguesia (afluente do Ave), já com a existência de peixes mortos junto às margens, tendo-lhe sido informado para comunicar de imediato à Brigada do Ambiente da GNR – SEPNA. Na sequência dessa descarga, começaram a aparecer centenas de exemplares de pequenos peixes brancos mortos no ribeiro da Agrela, de caudal reduzido. Assim, a Brigada do Ambiente do SEPNA visitou o local tomando conta da ocorrência, estando a investigar o caso, tendo informado, de imediato, a Agência Portuguesa de Ambiente. Neste

contexto, pelas 17.00h do mesmo dia, a Agência Portuguesa do Ambiente solicitou-nos a rápida remoção dos peixes mortos, para que não houvesse contaminação dos restantes peixes e fauna. Assim, e por se tratar de um Ribeiro para o qual os competentes serviços municipais não dispõem de técnicas e equipamentos especializados, foi solicitado o apoio aos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas, que disponibilizaram a sua equipa de mergulhadores, em número de 4, sem qualquer custo. Efetuada a limpeza, que decorreu até sexta-feira de manhã, foi-nos comunicado pelo Senhor Comandante dos Bombeiros que, devido à existência de uma espécie de lodo no Ribeiro decorrente da sua contaminação, os fatos de mergulho foram danificados tendo ficado inutilizados, tendo solicitado a sua substituição urgente, informando do respetivo custo, que importa em €2.000,00 + IVA (€500,00 por fato de mergulho). Considerando a situação ocorrida, submete-se à consideração superior que seja aprovada a transferência da verba de €2.460,00 (€2.000,00 + IVA) para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas, tendo em vista a substituição dos fatos de mergulho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DO MINHO – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE POLÍMEROS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente a seguinte proposta: “A Universidade do Minho – Departamento de Engenharia de Polímeros solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de participantes em conferência, no dia 20 de setembro, na cidade de Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da Conferência Internacional PMI – Polymers and Moulds Innovations, com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 24 de setembro de 2018, foi



11.

ofsr

proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios. Neste sentido, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - DÉBITOS PELO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES** – Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização dos débitos pelo fornecimento de refeições os Agrupamentos de Escolas de Virgínia Moura, Gil Vicente, Mário Cardoso e D. Afonso Henriques, solicitaram à autarquia apoio para a resolução de algumas situações com acumulação de débito pelo fornecimento de refeições e ou prolongamento de horário que, com base na informação remetida, resultam do facto de se tratarem de agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica. Assim, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a anulação dos débitos respeitantes a 6 alunos, no valor total de €238,71, por vulnerabilidade económica, tendo as direções dos Agrupamentos de Escolas acima referidos, nos termos, nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 11.º, do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, procedido à alteração de escalão de ação social, de modo a evitar que os valores em dívida continuem a acumular-se.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE QUATRO HABITAÇÕES EM ALOJAMENTO CONVENCIONAL E CRIAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA PARTILHADA FEMININA** - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA., remetendo, para ratificação do Órgão Executivo, uma proposta de ocupação de quatro habitações em alojamento convencional e criação de uma residência partilhada feminina, aprovada pelo respetivo

Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 28 de setembro de 2018, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----

**AÇÃO SOCIAL - CASTREJA – COOPERATIVA DE APOIO SOCIAL E CULTURAL, CRL - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A CASTREJA – Cooperativa de Apoio Social e Cultural, CRL solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos utentes nos dias 06 e 20 de novembro e 11 de dezembro, no âmbito do projeto Gerações em Movimento, dedicado às populações mais envelhecidas. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 27 de setembro de 2018, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – GRUPO FOLCLÓRICO DAS TECEDERAS DE ABAÇÃO E GÉMEOS - 1º FESTIVAL DE FOLCLORE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “Presente um ofício do Grupo Folclórico das Tecederas de Abação e Gémeos solicitando apoio financeiro para comparticipar nos custos de organização e produção do 1º Festival de Folclore, que aquele Grupo realizou no passado dia 14 de julho. Considerando o interesse público de que se reveste a realização destas iniciativas no território concelhio, e como forma de incentivar o Grupo a dar continuidade a este





Festival, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Grupo Folclórico das Tecedeiras de Abação e Gémeos, de um subsídio de €2.500,00, destinado a comparticipar nos custos de produção e organização do 1º Festival de Folclore de Abação e Gémeos, realizado em 14 de julho de 2018.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - BIENAL DE ARTE TÊXTIL CONTEMPORÂNEA “CONTEXTILE 2018”**

**- PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da Bienal de Arte Têxtil Contemporânea “Contextile 2018”, decorrerá em Guimarães, de 9 a 13 de outubro, o “Curators Meeting” da Plataforma Europeia Magic Carpets, pelo que será necessário assegurar o transporte dos participantes no dia 9 de outubro, entre Guimarães e o Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Considerando que, se trata da realização de um evento que reúne 13 parceiros europeus focados na mobilidade de artistas emergentes, para trabalhar em áreas da arte de cariz social e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 24 de setembro de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA - ASSOCIAÇÃO MUSICAL ARTÍSTICA DO CENTRO DE FORMAÇÃO FRANCISCO DE HOLANDA – “OS MUSIKE” - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação Musical Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda – “Os Musike” solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos seus elementos, no dia 19 de outubro, a

Santo Tirso. Considerando que, se trata de uma deslocação no âmbito 14º Congresso Nacional dos Centros de Formação de Associação de Escolas e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de setembro de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS DEZ HORAS E CINQUENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----

*António B. Silva*

*Marta Ribeiro Cunha*